

Estados propõem pagar apenas 10% da dívida

por Thais Bastos
de Brasília

Secretários de Fazenda de 23 estados reuniram-se ontem com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, propondo uma nova sistemática para o pagamento das dívidas contraídas pelos estados no exterior, com o aval da União.

Eles afirmam não ter condições de pagar 25% do estoque da dívida contraída nos últimos quatro anos, ainda em 1989, além dos 25% da dívida vincenda em 1989 e sugerem liquidar, no ano que vem, 10% da dívida vincenda no período, rolando os restantes 90%. Com relação à dívida global antiga (principal mais juros), propõem o refinanciamento total por doze anos com cinco de carência.

O ministro do Planejamento, em conversa posterior com os jornalistas, limitou-se a dizer que "várias idéias e várias alternativas" foram discutidas no encontro com os secretários de Fazenda, mas que ele havia deixado clara a importância de ser assegurado o nível do déficit público, em 1989, na casa dos 2% do PIB. "E a rolagem da dívida dos estados vincula-se a esse objetivo." Os secretários deixaram o ministério a caminho do Congresso, onde pretendiam conversar com o presidente da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães; com o presidente do Senado, Humberto Lucena; e com representantes da comissão que analisa o Orçamento Geral da União, no Congresso.

"É retaliação do governo contra a reforma tributária que nos possibilitou uma folga de recursos", reagiu o secretário de Fazenda de

São Paulo, José Machado Campos Filho.

Os secretários afirmaram não ter um cálculo da dívida assumida por eles em conjunto nos últimos quatro anos. Na Secretaria do Tesouro, conforme apurou a editora Jurema Baesse, deste jornal, esse montante equivale a US\$ 9,1 bilhões e o pagamento de 25% do estoque, ainda em 1989, representaria uma receita para a União de US\$ 2,275 bilhões, a qual seriam acrescidos os 25% referentes às dívidas vincendas em 1989, calculados em US\$ 580,7 milhões.

Para o Estado de São Paulo o desembolso em 1989, com as novas regras para rolagem, poderá chegar a US\$ 1,6 bilhão, sendo US\$ 1 bilhão relativo aos 25% da dívida passada, no valor de US\$ 4 bilhões, e US\$ 600 milhões que representam os 25% da dívida vincenda em 1989, no valor de US\$ 2,2 bilhões, conforme dados divulgados por José Machado.

Minas Gerais deverá desembolsar, mantidas as regras, cerca de US\$ 135 milhões, conforme informou o secretário da Fazenda, Luiz Fernando Wellisch.

LOBBY

O deputado Max Rosenmann (PMDB-PR), sub-relator do orçamento das operações oficiais de crédito na Comissão de Orçamento do Congresso, comentou, a este jornal, que os estados estão-se mostrando despreparados para discutir seus problemas no Congresso. "Até o momento, nenhum deles apresentou qualquer emenda ao projeto de orçamento da União para 1989 e duvido que saibam até mesmo que o prazo para entrega de emendas à comissão se encerra a 10 de outubro próximo", disparou.

3
SET 1988